

ARTIGO

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E EXCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITALS PERIFÉRICAS DA AMAZÔNIA.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo geral discutir o processo de crescimento demográfico nas “capitais periféricas” da Amazônia e sua relação com alguns indicadores sociais. Através da apresentação de alguns indicadores destas cidades pretendemos demonstrar a situação sócio-econômica das mesmas e a necessidade da intervenção governamental no combate aos problemas refletidos nos indicadores. Utilizando-se fundamentalmente dos dados apresentados por Pochmann e Amorim (2004) busca-se apresentar a situação social dos municípios que por hora chamamos de capitais periféricas da Amazônia, a saber: Boa Vista, Macapá, Rio Branco e Porto Velho.

Palavras-chave: Capitais periféricas, exclusão social, Amazônia.

Abstract:

The present article has as objective generality to argue the process of demographic growth in the “peripheral capitals” of the Amazonia and its relation with some social pointers. Through the presentation of some pointers of these cities we intend to demonstrate the partner-economic situation of same and the necessity of the governmental intervention in the combat to the problems reflected in the pointers. Using itself basically of the data presented for Pochmann and Amorim (2004) one searches to namely present the social situation of the cities that for the

¹Prof. Depto. Economia – UFRR. Doutorando NAEA/UFPA.

moment we call peripheral capitals of the Amazônia: Boa Vista, Macapá, Rio Branco and Porto Velho.

Key words: peripheral capitals, social exclusion, Amazonia.

INTRODUÇÃO

Atualmente o debate sobre os problemas da Amazônia tem se concentrado fundamentalmente na problemática florestal, sobretudo nas questões envolvendo o desmatamento, biopirataria e expansão do agronegócio (sobretudo grãos), temas recorrentes na mídia e na produção científica – nacional e internacional.

Na Amazônia Legal residem nas zonas urbanas da região, segundo dados do IBGE², aproximadamente 16 milhões de pessoas. Quando se pensa em cidades da Amazônia, recai-se quase sempre sobre as metrópoles regionais (Belém e Manaus), que, juntando suas respectivas regiões metropolitanas, alcançam uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes.

Entretanto, nas últimas décadas, diversas outras cidades amazônicas têm experimentado um contínuo processo de crescimento populacional, resultando numa crescente demanda por serviços públicos, alguns deles até então inexistentes nestas regiões³, o que leva a um novo arranjo institucional e novas formas de organização por parte da sociedade civil organizada⁴, além de uma reconfiguração do espaço urbano ocupado por estes novos elementos.

Entre os diversos municípios amazônicos a sofrerem estas intervenções no seu espaço urbano, delineando novos traçados sócio-econômicos-culturais encontram-se as capitais dos Estados periféricos da Amazônia⁵. Não obstante não poderem ser chamadas de metrópoles,

2 IBGE, 2007. Não abordaremos aqui o debate existente sobre a natureza destes dados (urbano x rural x rurbano). Para um maior aprofundamento do debate Graziano da Silva e Campanhola.

3 Cabe mencionar que este crescimento se deu principalmente na região de fronteira agrícola, expandida pela pecuária e, mais recentemente, pela sojicultura.

4 Na cidade de Boa Vista – RR podemos citar a organização de migrantes (indígenas e não indígenas) em associações formais de luta pelos direitos civis.

5 Chamamos de Estados periféricos aqueles com a menor participação no PIB regional (e também nacional), além de minoritários também em termos populacionais. São eles: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima. Excluimos Tocantins deste conjunto de estados periféricos.

representam uma parcela significativa dos PIBs de seus respectivos estados e concentram a maior contingente de habitantes dos mesmos. Isto ocorre de forma ainda mais intensa nos dois últimos estados a se configurarem como tal, após suas extinções como Territórios Federais, a saber, Amapá e Roraima.

PERIFERIA AMAZÔNICA: UMA BREVE APROXIMAÇÃO CONCEITUAL.

A literatura econômica vem utilizando-se de conceitos e tipologias para determinar e delimitar relações sócio-econômicas das mais diversas ordens e magnitudes, tanto na esfera macro como nas micro relações de poder em dadas comunidades/sociedades.

Uma das abordagens, de caráter substancialmente econômico (entretanto sociológico, por sorte) refere-se, ou qualifica, às relações entre as diferentes nações do mundo contemporâneo, de maneira a descrever a forma como aquelas são (e foram) determinadas e os elementos responsáveis pela permanência destas relações, e que acabam por manter o distanciamento sócio-econômico dos países, entre o centro e a periferia. Este esforço metodológico de apreciação das relações internacionais sob este paradigma do centro-periferia é largamente utilizado (obviamente não de forma exclusiva, tampouco homogênea) pelas ciências econômicas e sociais. Utilizando-se deste paradigma, comumente dizemos que os países ricos inserem-se no centro do sistema, enquanto os demais (periféricos) “flutuam” em torno das economias industrializadas desenvolvidas. Assim sendo, o Brasil encontraria-se neste segundo grupo de países⁶. Cabe ressaltar, porém, que a abordagem centro-periferia utiliza-se do método histórico de apreciação destas dependências, isto é, estas diferenças e dependências são resultado de um processo histórico de dominação unilateral.

Analogamente, esta abordagem, ao ser pormenorizada pode ajudar a interpretar as relações sócio-econômicas (e por que não políticas e culturais) existentes entre estados de uma federação, onde alguns entes federativos encontram-se no centro do sistema, ao passo que a grande maioria deles situa-se no campo dos periféricos⁷ os quais possuem, tal como os países periféricos, os piores índices de mortalidade infantil, de analfabetismo, de pobreza, etc. Dito de outra forma, os estados periféricos, assim como os análogos países de periferia, possuem piores indicadores sociais. A economia destes estados é

⁶ Não cabe aqui discutirmos mais acuradamente o paradigma centro-periferia.

⁷ Por motivos óbvios, excluímos desta análise o Distrito Federal.

industrialmente⁸ A economia daqueles ainda está fortemente atrelada ao setor público e suas organizações.

Em termos regionais esta análise pormenorizada pode também lançar reflexões importantes sobre a situação periférica de determinados estados num contexto regionalizado, como no caso da Amazônia Legal. Esta região (definida por Lei, com o intuito de servir como instrumento de planejamento regional) compreende todos os estados da Região Norte, além de parcela do estado do Mato Grosso e de parcelas dos estados do Maranhão e de Goiás. Segundo dados do Plano Amazônia Sustentável – PAS (2006), apenas quatro estados respondem por mais de 80% do PIB regional, são eles: Pará, Mato Grosso, Amazonas e Maranhão (apesar de não ter sua área total contida na Amazônia Legal, a sua incorporação é pertinente pois a mesma é substancial na economia estadual e regional). Já a parcela territorial (e econômica) de Goiás é irrelevante, chegando a não constar como parte da Amazônia Legal na grande maioria dos trabalhos referentes à mesma. A dinâmica econômica destes quatro estados é bastante visível e concentrada. Os estados do Pará e do Maranhão (em menor escala, porém igualmente importante) têm sua economia fortemente ligada à atividade mineradora, centrada na produção em larga escala levada a cabo por grandes conglomerados do setor (como a Vale, antiga CVRD, p. ex.); a economia amazonense está amplamente sustentada na indústria (de transformação, eletroeletrônicos, motocicletas, etc.) devido a existência do Pólo Industrial da Amazônia (leia-se Zona Franca de Manaus), ao passo que o estado do Mato Grosso tem o seu dinamismo econômico atrelado ao desenvolvimento recente do agronegócio (substancialmente de grãos, sobretudo soja e suas atividades correlatas; e pecuária). Desta feita podemos dizer que o crescimento econômico da Amazônia Legal nos últimos anos reside no maior dinamismo dos setores e sub-setores acima apresentados.

Os demais estados da Amazônia Legal, talvez à exceção de Rondônia, onde o agronegócio e a atividade madeireira respondam por parcelas significativas da riqueza estadual, dependem de forma substancial da economia do setor público, nas suas diferentes esferas. Entretanto, nem por

⁸ Nunca é demais lembrar que os 5 estados mais ricos do país (SP, RJ, MG, RS, PR) respondem por cerca de 80% da riqueza gerada no país, i.é., do PIB nacional. Ademais, se concentram espacialmente, segundo as regiões definidas pelo IBGE (Sudeste ou Sul).

isso podemos deixar de considerar os mesmos como periféricos, ao usar a análise centro-periferia. Certamente a economia amapaense está amplamente imbricada com a paraense e a roraimense com a amazonense. Em outras palavras, estas economias (periféricas) gravitam em torno das economias centrais. Os estados mais dinâmicos economicamente (Amazonas e Pará) são beneficiados por arranjos institucionais que ajudam a explicar a concentração produtiva nestes estados. Ainda que, por exemplo, os incentivos dados pela SUFRAMA valham para a Amazônia ocidental, o Amazonas concentra cerca de 98% da produção industrial desta porção da Amazônia, em detrimento de estados como Roraima. Aqui cabe delimitar de forma mais precisa os chamados estados periféricos da Amazônia Legal, que são: Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Estes quatro estados respondem por menos de 1,1% do total do PIB nacional. À exceção do estado do Acre – estado desde 1962 - os demais são muito recentes como estados federados da nação. Rondônia, Roraima e Amapá deixaram a condição de territórios federais na década de 1980 (Rondônia em 1982 e Roraima e Amapá em 1988, com a nova Constituição Federal). Com essas condições estes novos estados membros da federação começaram a experimentar um processo de crescimento demográfico importante, sobretudo em suas respectivas capitais. Boa Vista, por exemplo, no início dos anos 1970 contava com apenas 30 mil habitantes, atualmente tem uma população aproximada de 250 mil habitantes. Rondônia, por sua vez, observou um significativo incremento populacional ainda nos anos 1970, em função de já à época se apresentar como uma nova fronteira agrícola do país, servindo como receptor de frentes de expansão importantes, tanto na produção agrícola, como, sobretudo, pecuária e na atividade madeireira. Atualmente estes estados ainda possuem uma densidade demográfica extremamente baixa, porém em termos absolutos essa população não pode ser desconsiderada. O mais populoso deles é Rondônia (aproximadamente 1,6 milhão de habitantes), ao passo que o menos populoso é Roraima, com uma população de 412 mil habitantes. Este último também possui a menor densidade demográfica (1,8

hab/km²), além de concentrar quase 250 mil habitantes na capital. O segundo município mais populoso do estado não conta com mais do que 25 mil habitantes.

Os estados do Amapá e de Roraima têm experimentado as maiores taxas de crescimento populacional desde os anos 1980, assim como suas respectivas capitais – Macapá e Boa Vista (excetuamos Tocantins e Palmas). Estas duas capitais aparecem encabeçando o ranking da exclusão social no país, segundo os dados de Pochman e Amorim (2004). Este vertiginoso crescimento populacional deveu-se (e deve-se) fundamentalmente ao intenso fluxo migratório observado nestes estados e municípios.

COMO SÃO AS CAPITAIS PERIFÉRICAS DA AMAZÔNIA LEGAL? ALGUMAS RESPOSTAS.

As capitais de tais estados – objeto de análise deste artigo – possuem

Quadro 1 – População das capitais periféricas da Amazônia – 2007.

Município	População
Porto Velho-RO	380.974
Macapá -AP	368.367
Rio Branco-AC	314.127
Boa Vista- RR	249.889

Fonte: Almanaque Abril 2007. Elaborado pelo autor.

um importante contingente populacional, assim distribuído: Porto Velho – RO, 380 mil habitantes; Rio Branco – AC, 315 mil habitantes; Macapá – AP, 370 mil habitantes; Boa Vista – RR, 250 mil habitantes. O quadro 1 abaixo mostra com mais precisão estes dados:

A tabela acima nos permite visualizar que as capitais periféricas da Amazônia possuem uma população total de aproximadamente 1,32 milhões de habitantes. Todas estas capitais sofreram um intenso fluxo migratório positivo a partir dos anos 1970, em função das políticas governamentais lançadas pelos governos militares no intuito de “preencher

o vazio demográfico” da região, constituindo um processo de expansão de fronteira rumo à Amazônia⁹

Os dados apresentados na mesma fonte (Almanaque Abril) também nos fornecem informações importantes, como a participação da população das capitais no total de habitantes dos respectivos estados, demonstrando a concentração populacional nestes municípios. Em verdade, uma análise mais acurada do incremento de demandas por serviços públicos nestas capitais deve levar em conta o crescimento de outras cidades (fundamentalmente do interior destes estados), que acabam por demandar serviços (sobretudo de saúde) nas primeiras. Isto é um ponto fundamental em uma análise mais precisa.

Entretanto, nossa intenção é mostrar alguns indicadores sócio-econômicos que possam dar a dimensão da situação social encontrada nas chamadas capitais periféricas da Amazônia. Estes indicadores atestam uma situação grave de exclusão social¹⁰ nestes municípios. Como já ressaltamos, pretendemos aqui apresentar os dados para suscitar uma maior percepção da realidade destas cidades, pouco conhecida por boa parte da população brasileira.

Não obstante a utilização de outras fontes de dados para subsidiarmos nossos argumentos, nossa fonte medular é o “Atlas da Exclusão Social” de Pochmann e Amorim (2004). Como destacado, não pretendemos aqui discutir a categoria “exclusão social”, portanto consideramos a obra citada como nossa principal fonte de dados e que também nos serve como referência para nossa análise. Alguns indicadores não são propriamente trabalhados pelos autores e assim sendo não compõem o cálculo dos sub-índices e tampouco do índice final de exclusão social. Entretanto, fazemos referência a eles somente como complementares em nossa análise, por acreditarmos que podem ajudar a demonstrar a situação social encontrada nas capitais analisadas neste breve ensaio.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS.

Indicadores são importantes instrumentos na análise sócio-econômica de municípios (assim como de estados, regiões e países) e servem

9 Para uma apreciação do movimento de fronteira para a Amazônia, recomendamos a leitura de Otávio Velho (1977).

10 Não pretendemos aqui debater a categoria “exclusão social”. Utilizamos fundamentalmente os dados de Pochmann (2004). Entretanto, temos clara a percepção de que esta discussão é fundamental no trato desta questão.

para refletir uma situação, uma fotografia de determinada região – município, no caso - e têm como principal objetivo dar subsídio à elaboração de políticas públicas voltadas aos problemas apontados pelos mesmos. Através deste instrumento os elaboradores de políticas públicas têm subsídios para decidir o que deve ser feito para mitigar/resolver determinado(s) problema(s).

Vários são os indicadores utilizados para se caracterizar uma situação econômica e social de uma área geográfica pré-determinada. Durante muito tempo o principal indicador usado na determinação do bem estar de uma população era o PIB per capita, considerado o indicador chave de qualidade de vida desta população. A lógica residia na crença de que o homem econômico maximiza seu bem estar com a maior aquisição de bens e serviços e, portanto, quanto maior a sua renda, maior seria sua capacidade em adquirir estes produtos, levando a uma maximização do seu bem-estar. Entretanto, este indicador começou a ser questionado já nos anos 1970, sendo amplamente desacreditado a partir dos anos 1990 com a adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores que se revelam mais apropriados para descrever a situação social em determinadas populações. Um dos grandes problemas do PIB per capita é a sua incapacidade de demonstrar a concentração de renda existente nas regiões em que fora calculado.

O IDH já teve sua ampliação de cálculo, abrangendo outros sub-índices não contemplados na sua composição original¹¹. Ademais, este é apenas um de vários índices existentes. Podemos dizer que se trata de um índice síntese, existem muitos outros índices específicos, referentes aos mais diversos temas econômicos e, sobretudo, sociais. Podemos citar alguns deles: leitos por habitante, médicos por habitante, residências servidas por saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo, mortalidade infantil, etc.

Estes índices, se não nos demonstram a totalidade dos elementos econômicos e sociais inerentes ao processo de crescimento/desenvolvimento das cidades, servem como diagnóstico da situação em que se encontram as mesmas. Obviamente que os índices são elementos estáticos de análise, entretanto, uma série temporal deles pode apontar a evolução (ou involução) de determinados movimentos, servindo de subsídio para a elaboração de instrumentos de intervenção pública, com intuito de reverter ou contribuir ciclicamente para a continuidade dos mesmos.

Atualmente, os indicadores sociais são corriqueiramente citados nas mídias e nos debates políticos e passaram a fazer parte da definição das prioridades das políticas sociais e da alocação dos recursos públicos. Essa maior difusão dos indicadores é fundamental para o entendimento da sociedade civil

11 Originalmente, o IDH compõe-se de um sub-índice de educação, um de renda e outro de expectativa de vida ao nascer.

sobre sua situação sócio-econômica e no acompanhamento dos agentes acerca da alocação dos recursos públicos, isto é, confere uma maior democratização das informações sobre o destino dados às verbas públicas. Não obstante, alguns indicadores são bastante complicados de serem entendidos, como, por exemplo, indicadores de pobreza. Várias são as conceituações de pobreza, e isto é um ponto fundamental na definição das políticas públicas voltadas para a erradicação da mesma. Para podermos combatê-la, devemos saber do que se trata. Entretanto, não pretendemos aqui entrar no detalhamento destas divergências conceituais¹²

Várias são as formas de classificação de indicadores sociais, uma delas é conhecida como classificação temática, dividida entre os diferentes temas a serem abordados com a pesquisa. Nesta classificação, os indicadores estão relacionados aos seguintes temas: demografia, educação, saúde, mercado de trabalho, qualidade de vida, habitação, infra-estrutura urbana, segurança e justiça, renda e pobreza, meio ambiente. E, dentro destes diferentes temas, existem diversos indicadores respectivos, e que podem servir como parâmetro para as mais distintas formas de focar o indicador. Um mesmo indicador pode dizer várias coisas, dependendo do que se quer observar (JANUZZI, p. 20). Outra classificação importante corresponde à divisão dos indicadores entre objetivos ou subjetivos (ou entre indicadores quantitativos e qualitativos). Existe ainda a distinção entre indicadores descritivos e indicadores normativos. Os descritivos “apenas descrevem características e aspectos da realidade empírica (...), os normativos, ao contrário, refletem explicitamente juízos de valor ou critérios normativos com respeito à dimensão social estudada” (Idem, p. 21). Quanto às propriedades que os indicadores devem possuir, JANUZZI (p. 28) arrola: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade. Os indicadores devem ser representativos da realidade empírica da análise, para tanto utilizam-se de instrumental estatístico na determinação do tamanho da amostra a ser estudada/analizada.

No que concerne o uso de indicadores para a análise e formulação de políticas sociais, JANUZZI faz uma classificação importante quanto à natureza do ente indicado: se recurso (indicador-insumo), realidade empírica (indicador-produto) ou processo (indicador-processo).¹³

Essas considerações são importantes para termos em mente a necessidade de maior acuramento no tratamento das informações. Ao manejá-las, torna-se fundamental entender o que querem dizer com maior precisão, e, assim, utilizá-las como instrumento de tomada de decisões.

¹² Para um maior entendimento, consultar o livro de Sônia Rocha, intitulado “Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?”, lançado em 2006 (3 ed.) pela editora da FGV.

¹³ Para maiores detalhes, ver Januzzi (op. Cit), p. 23.

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS NAS CAPITALS PERIFÉRICAS.

Uma importante fonte de informações condensadas referentes à situação dos indicadores sociais no Brasil é o “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, organizado por Márcio Pochmann e Ricardo Amorim, demonstrando a situação social dos municípios brasileiros, onde concluem que cerca de 42% do total de municípios, o que equivale a 21% da população brasileira, vive em locais caracterizados como de exclusão social, ao passo que apenas brasileiros residentes em 200 municípios (3,6% do total), representando aproximadamente 26% da população, moram em localidades com padrão de vida adequado. Outro dado importante é a ampla concentração destes 200 municípios nas regiões Sul e Sudeste do país.

Para a construção do índice de exclusão social, que apontamos anteriormente, os pesquisadores utilizaram-se de temas relacionados à (i) um padrão de vida digno; (ii) conhecimento e; (iii) risco juvenil¹⁴. Este índice foi calculado para o total dos 5.507 municípios brasileiros em 2000.

Cabe destacar que nos estados do Acre, Roraima, Amazonas e todos os da região Nordeste, a quase totalidade dos municípios apresentaram altos índices de exclusão social. Tocantins e Minas Gerais (sobretudo as regiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri) também apresentaram uma parcela significativa de municípios com altos índices de exclusão social (segundo a tipologia utilizada pelos autores). Pará e Amapá, em menor proporção que o primeiro grupo, também apresentaram índices elevados de exclusão em boa parte dos seus municípios. Apenas os estados sulistas e os do Sudeste (exceto Espírito Santo), acrescentados de ínfimas parcelas (principalmente nas capitais e cidades mais “dinâmicas economicamente”) no Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, foram agraciados com baixos índices de exclusão social. Este é apenas um dos índices apresentados no trabalho.

Não nos cabe aqui apresentar de forma extensiva e crítica a metodologia de cálculo e apreciação dos índices. Para nossos objetivos basta-nos considerar o seguinte: o índice de escolaridade fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); o índice de alfabetização fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); o índice de pobreza fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de desigualdade social fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de emprego formal fica entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de concentração de jovens varia entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social) e; índice de violência varia entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social).

¹⁴ Para maiores detalhes, ver Pochmann & Amorim (2004, p. 18).

Feitas as considerações acima podemos agora visualizar a situação social das capitais periféricas da Amazônia. Lembremos novamente que o índice de exclusão social é calculado a partir da determinação dos demais índices mencionados (de escolaridade, de alfabetização, de pobreza, de desigualdade social, de emprego formal, de concentração de jovens e de violência), dadas suas respectivas ponderações.

Inicialmente é importante frisar que nos respectivos estados aos quais as capitais pertencem, em sua maioria, a situação dos demais municípios é pior do que a observada nestas cidades. As capitais são “ilhas de excelência” se comparadas aos demais municípios. Outro ponto fundamental é que o índice é geral para o município, não contempla as diferenças dentro dos mesmos, isto é, não considera as desigualdades existentes entre os bairros mais “ricos” e mais “pobres” da cidade. O município é a unidade geográfica homogênea de referência.

A partir do cálculo do indicador de exclusão social os autores mapearam os municípios e os classificaram num ranking onde o de melhor situação social é considerado o primeiro nesta classificação (no caso, São Caetano do Sul, no estado de São Paulo). O ranking classifica os 5.507 municípios existentes no Brasil em 2000.

A capital roraimense, Boa Vista, ocupa a posição de número 1.452 no ranking, com o índice de 0,505. São 1.451 municípios em melhor situação social, ao passo que cerca de 4. 050 apresentam uma pior situação social que esta capital. Macapá, capital amapaense ocupa a 1.683a posição no ranking, onde se observa um índice de 0,493. Já a capital rondoniense, Porto Velho, situa-se na posição de número 873, com o índice na casa dos 0,536. Na capital acreana, Rio Branco, o índice de exclusão social fica em 0,519, colocando este município na posição de número 1.178. Apenas Porto Velho encontra-se em situação melhor do que outras capitais que não as periféricas da Amazônia. A capital rondoniense posiciona-se melhor do que Maceió (AL), Teresina (PI) e Manaus (AM), respectivamente 1.040a, 1.136a e 1.112a posições. Já as outras, excetuando suas intra-relações, posicionam-se abaixo de todas as outras capitais do país. Macapá é, portanto, a capital pior posicionada no ranking da exclusão social. O quadro abaixo apresenta os valores referentes aos índices e a posição destas capitais dentro do ranking da exclusão social.

Quadro 2 – Índice de exclusão social e ranking geral – 2000.

Município	Índice de exclusão social	Posição no ranking
Boa Vista-RR	0,505	1.452 ^a
Macapá-AP	0,493	1.683 ^a
Maceió-AL	0,526	1.040 ^a
Manaus-AM	0,522	1.112 ^a
Palmas-TO	0,608	163 ^a
Porto Velho-RO	0,536	873 ^a
Rio Branco-AC	0,519	1.178 ^a
Teresina-PI	0,521	1.136 ^a

Fonte: Atlas da Exclusão Social (POCHMANN & AMORIM, 2004). Elaborada pelo autor.

O quadro acima demonstra a situação das capitais periféricas da Amazônia e de outras capitais em situação pior do que alguma (no caso Porto Velho) destas capitais periféricas. Como anteriormente colocado, somente Porto Velho encontra-se em melhor situação do que outra capital fora do rol das periféricas da Amazônia. Boa Vista e Rio Branco só estão melhores do que outras situadas dentro do próprio grupo periférico, e Macapá está colocada na última posição do ranking das capitais¹⁵

Estes dados mostram uma situação de vulnerabilidade social destas capitais, não apenas por suas posições dentro de um ranking só das capitais, mas como também no total dos municípios do país. Mais uma vez excetuando Porto Velho, todas as demais capitais periféricas encontram-se em posições acima da 1.000a, o que é preocupante socialmente. Teoricamente, por se tratarem de capitais de médio porte e amplamente dependentes do setor público, poder-se-ia esperar uma situação mais confortável. Entretanto, como vimos, não é isto que ocorre nestes municípios. Mesmo Porto Velho pode ser considerada uma cidade excluída (ou de excluídos), visto que os pesquisadores utilizam o índice igual a 0,6 como limite inferior para os incluídos. Dito de outra forma, o valor mínimo do índice para que uma cidade seja considerada de incluídos é de 0,6, o que não é o caso de Porto Velho (com índice de 0,536). Assim, todas as capitais periféricas da Amazônia são cidades dos “socialmente excluídos”.

¹⁵ O quadro não mostra todas as capitais, mas Macapá encontra-se na última colocação entre elas. Ver Pochmann & Amorim (2004).

Ao detalharmos alguns dos índices “parciais” que compõem o índice geral de exclusão social, por exemplo o índice de desigualdade, mais uma vez uma capital periférica da Amazônia ocupa a pior posição no ranking entre as capitais brasileiras. Neste índice a pior situação é a de Rio Branco, com 0,155, seguida por Teresina (0,171) e Manaus (0,178). Boa Vista encontra-se como a 5ª pior capital (0,201), Macapá é a sétima pior (0,213) e Porto Velho, a 8ª pior (0,219). Portanto, das oito piores capitais – com maior desigualdade social - as quatro periféricas estão incluídas, encabeçando inclusive este ranking negativo. Este índice demonstra o desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda. Mostra, portanto, a concentração de renda existente nestes municípios. Do total das capitais brasileiras, as melhores colocadas – com menor desigualdade – são Florianópolis (0,748) e Porto Alegre (0,618). No que tange o índice de pobreza a pior colocada entre as periféricas é Rio Branco (0,619), o décimo pior índice entre todas as capitais. A melhor colocada é Boa Vista (0,703), a 11ª melhor no ranking. No geral das capitais brasileiras as melhores colocadas são Florianópolis (0,870), Curitiba (0,845) e Porto Alegre (0,829). O índice de pobreza indica a participação de chefes de família com rendimentos abaixo da linha da pobreza. No que tange o índice de emprego formal, os valores encontrados também foram baixos, com a pior situação do país observada em Boa Vista, 0,150, ao passo que Porto Velho foi a melhor colocada entre as periféricas, com um valor de 0,299. Este índice mensura a participação dos assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa. O quadro abaixo mostra o índice de desigualdade nas capitais periféricas e outras capitais pesquisadas, além de suas respectivas colocações no ranking dos índices. O ranking mostra a colocação apenas entre as oito piores capitais do país neste item, em ordem decrescente, isto é, este ranking mostra as piores colocadas entre as capitais. A 1ª posição equivale à pior colocada, a 2ª posição é a segunda pior colocada e assim sucessivamente.

Quadro3 – Índice de desigualdade e ranking das piores capitais – 2000.

Município	Índice de desigualdade	Posição no ranking (piores)
Rio Branco - AC	0,155	1ª
Teresina - PI	0,171	2ª
Manaus - AM	0,178	3ª
São Luis - MA	0,183	4ª
Boa Vista - RR	0,201	5ª
Maceió - AL	0,205	6ª
Macapá - AP	0,213	7ª
Porto Velho - RO	0,219	8ª

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN & AMORIM, 2004). Elaborada pelo autor.

O quadro acima demonstra a situação apresentada anteriormente concernente ao índice de desigualdade social. Rio Branco é a pior capital brasileira neste quesito e Boa Vista a quinta pior, o que demonstra que duas periféricas encontram-se entre as cinco piores e ainda que, das oito piores, as quatro periféricas inserem-se neste rol de municípios. Em última análise pode-se apreciar que as capitais periféricas da Amazônia apresentam uma alta concentração de renda, um forte desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda.

Como mencionado anteriormente, o índice de emprego formal, que mensura a participação dos trabalhadores assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa, apresentou-se baixo nas capitais analisadas, conferindo à capital roraimense a pior posição no ranking nacional. O quadro abaixo mostra este índice para as capitais periféricas e suas respectivas posições no ranking nacional. Neste índice, Vitória apresentou o maior valor (0,603), colocando-a no topo do ranqueamento, com o maior índice de emprego formal do país.

Quadro 4 – Índice de emprego formal e posição geral no ranking – 2000.

Município	Índice de emprego formal	Posição geral no ranking
Porto Velho - RO	0,299	16 ^a
Rio Branco - AC	0,278	19 ^a
Macapá - AP	0,199	26 ^a
Boa Vista - RR	0,150	27 ^a

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN & AMORIM, 2004). Elaborada pelo autor.

Portanto, as duas piores capitais classificadas no ranking do emprego formal foram Boa Vista e Macapá, ambas capitais periféricas da Amazônia. Não obstante serem cidades com alta participação do funcionalismo público nas economias locais, apresentaram elevados índices de informalidade. Estes valores demonstram baixo dinamismo destas economias. Excetuando-se os servidores públicos, o emprego formal apresenta baixíssimos índices nestas capitais, representando uma alta informalidade empregatícia. Isto impacta negativamente a arrecadação de tributos por parte do poder público, implicando em uma reduzida capacidade do mesmo em ofertar serviços públicos às sociedades locais. Importante ressaltar a provável ligação existente entre este alto nível de informalidade com o forte fluxo de imigrantes observado

nestas capitais. Como afirmamos anteriormente, Boa Vista e Macapá têm experimentado elevadas taxas de crescimento demográfico desde os anos 1980, decorrentes da imigração intensa de pessoas das diferentes regiões do país, em particular nordestinos.

O quadro abaixo apresenta o crescimento demográfico ocorrido nas quatro capitais consideradas, entre os anos de 1991 e 2004. Destacam-se as elevadas taxas de incremento populacional em todas elas, particularmente em Macapá e Boa Vista, que no período 1991-2000 apresentaram taxas bastante expressivas, sobretudo a capital amapaense.

Quadro 5 – População residente, taxas médias de crescimento (1991-2004).

Munic.	Pop.res . 1991	Pop.res . 2000	Tx.md. anual cresc.91-2000	Pop.res . 2004	Tx.md. cresc.anual 00-04
B. Vista	134.155	200.568	4,61%	236.319	4,28%
Macapá	168.225	283.608	6,02%	326.466	3,69%
P. Velho	272.006	334.661	2,35%	380.884	3,36%
R.Branco	183.280	253.059	3,68%	284.555	3,04%

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

Estas duas capitais também são fortemente caracterizadas por uma intensa imigração de populações indígenas que buscam uma melhora de suas condições sociais e que acabam se submetendo a sub-empregos em atividades informais, como ambulantes e empregados domésticos não registrados. Na capital roraimense esta população indígena conta com serviços de apoio por parte da prefeitura, de organizações não governamentais e do Conselho Indígena de Roraima. Entretanto, as ações pontuais não chegam a representar mudanças estruturais nas condições sociais desta população. Ainda em Boa Vista o movimento de mulheres indígenas, assim como outros movimentos, organiza-se em atividades econômicas cooperativas, conferindo um caráter solidário a estas atividades produtivas. Desta forma estes agentes buscam uma maior eficiência produtiva que possa resultar em ganhos sociais – na forma de emprego e renda – para os membros de suas respectivas comunidades. Este movimento apresenta-se como uma resistência por parte destas comunidades ao problema do desemprego formal observado nesta camada da população. Grupos de mulheres reunidos em torno de um mesmo objetivo exercem distintas atividades, tais como artesanato, confecção de roupas íntimas,

produção de sabão e confecção de bichos de pelúcia. Estes grupos surgiram entre mulheres (indígenas e não indígenas) residentes na periferia de Boa Vista, nos bairros mais precários do ponto de vista social e de infra-estrutura urbana. Esta capital apresenta uma população de aproximadamente 32.000 indígenas, oriundos do interior do estado e de outros estados amazônicos, sobretudo do Amazonas. Este número representa aproximadamente 13% da população total do município.

Outro dado importante refere-se ao déficit habitacional encontrado para os municípios brasileiros no ano de 2000, calculado pelo IBGE juntamente com o Ministério das Cidades. Em termos absolutos, em função do tamanho das capitais periféricas, estes números são relativamente baixos. Porém, ao dividirmos o valor do déficit pelo número de habitantes, a situação destas capitais se torna mais fragilizada, estando Macapá na pior delas, figurando na 4ª pior posição dentre as 27 capitais consideradas (incluindo Brasília, além das capitais estaduais). Ainda neste critério, Porto Velho encontra-se na 9ª pior posição, Boa Vista na 12ª e Rio Branco na 17ª. Rio Branco, portanto, situa-se numa boa posição, ao passo que Boa Vista e Porto Velho encontram-se em posições intermediárias. Entretanto, os valores encontrados entre a 5ª e 12ª colocadas – Natal e Boa Vista respectivamente – são bastante semelhantes, diferenciando-se apenas a partir da 3ª casa decimal, o que na prática representa uma igualdade entre as oito cidades (Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Porto Velho, Brasília, Fortaleza e Boa Vista). Sob este critério, as duas piores situações são as de Belém e São Luis. Por outro lado, Florianópolis e Curitiba apresentam as melhores situações, ao se utilizar este critério (déficit habitacional/população residente no município). O quadro abaixo mostra o déficit habitacional nas capitais periféricas da Amazônia no ano 2000.

Quadro 6 – Déficit habitacional nas capitais periféricas (2000).

Município	Déficit habitacional
Boa Vista - RR	6047
Rio Branco - AC	6782
Porto Velho - RO	10378
Macapá -AP	10486

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

Ainda no que tange a dados relativos à questão habitacional, a mesma fonte disponibiliza o número de residências desprovidas de sanitário, o que reflete a qualidade dos domicílios à disposição da população residente nos municípios aqui considerados. Os valores encontrados no ano 2000 foram: Boa Vista (1979); Porto Velho (3726); Macapá (3115) e; Rio Branco (5768). No quadro a seguir podemos visualizar melhor essas informações.

Quadro 7 – Residências sem sanitário nas capitais periféricas (2000).

Município	Residências sem sanitário
Boa Vista - RR	1979
Macapá - AP	3115
Porto Velho - RO	3726
Rio Branco - AC	5678

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

O quadro 7 demonstra claramente a prevalência de Rio Branco sobre as demais no que diz respeito ao déficit de sanitários nas residências no conjunto das capitais periféricas. A capital acreana responde por aproximadamente 39,16% do total de residências sem sanitário no conjunto das 4 capitais. Em segundo lugar aparece a capital rondoniense com 25,7% do total; Macapá totaliza 21,48% e Boa Vista comparece na última colocação com 13,65%.

Outro dado interessante concernente ao mercado de trabalho refere-se ao número de desocupados em relação à População em Idade Ativa (PIA), destacando-se mais uma vez a supremacia da capital amapaense. Em Macapá essa relação encontra-se na casa dos 10,18%. O quadro abaixo mostra esta relação.

Quadro 8 – N° de desempregados (A), PIA municipal (B) e relação (A)/(B) 2000.

Município	N° desempregados (A)	PIA (B)	(A)/(B)
Boa Vista	13.983	150.215	9,3%
Rio Branco	15.855	193.088	8,21%
Macapá	21.493	210.983	10,18%
Porto Velho	24.716	258.174	9,57%

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

As capitais roraimense e rondoniense possuem situações semelhantes nesta relação, ao passo que, como já destacado, Macapá encontra-se na pior situação entre as capitais periféricas (10,18%). Macapá também ocupa situação preocupante no que tange à informalidade no mercado de trabalho. Esta capital encontra-se na segunda pior colocação no ranking elaborado por Pochmann e Amorim no quesito informalidade, como já destacamos anteriormente (a pior neste quesito é Boa Vista). Na totalidade das capitais, Macapá situa-se como a 10ª pior na relação desempregados/PIA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No presente artigo buscamos demonstrar de forma sucinta uma breve análise sobre a situação social observada nas chamadas capitais periféricas da Amazônia, que são: Boa Vista, Macapá, Porto Velho e Rio Branco. Utilizando fundamentalmente os dados apresentados por Pochmann e Amorim no “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, procuramos analisá-los e relacioná-los com a expansão demográfica ocorrida nestes municípios.

Buscamos apresentar os dados contidos no Atlas (e outros) com o intuito de “tirarmos um retrato” destes municípios e a partir daí entendermos a situação social observada nos mesmos. Vimos que as piores capitais do país no que diz respeito à exclusão social apontadas no Atlas são Macapá e Boa Vista, ambas consideradas como “capitais periféricas” da Amazônia. Em muitos dos sub-índices que compõem o índice geral, estas capitais também se situaram, na maioria das vezes, entre as últimas posições do ranking, como no caso do índice de informalidade, por exemplo. Mostramos também que estas duas capitais experimentaram as maiores taxas de crescimento demográfico entre as capitais periféricas e que, assim como nas demais, foram responsáveis por tal crescimento o intenso fluxo de imigrantes intra e interestaduais ali observado. Este fator ajuda a explicar o elevado índice de informalidade observado nestas capitais.

Nosso objetivo principal, portanto, foi apresentar os dados destas capitais no intuito de suscitar uma maior observação sobre estes municípios e sobre a relação destes dados com o crescimento demográfico experimentado pelas mesmas. Macapá e Boa Vista, as duas piores colocadas no índice de exclusão social do Atlas de Pochmann e Amorim, são justamente as capitais que experimentaram as mais elevadas taxas de crescimento populacional, decorrentes de importantes fluxos migratórios ocorridos principalmente a partir dos anos 1980.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL 2007. São Paulo: Ed. Abril, 2008.

BRASIL. Programa Amazônia Sustentável (PAS). Documento final. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2006.

CARDOSO, A. C. Duarte; LIMA, J. J. Ferreira. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: Cardoso, A. C. Duarte (org.). O Rural e o Urbano na Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 2006.

DINIZ, Alexandre M. A.; Santos, Reinaldo Onofre. Fluxos migratórios e a formação da rede urbana de Roraima. S/d.

FREITAS, Aimerê. Geografia e História de Roraima. Boa Vista: DLM, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; Campanhola. C. O novo rural brasileiro. Campinas: Ed. Unicamp/Embrapa, 1998.

IBGE e Ministério das Cidades. Compilação de dados. CD-ROM.

IBGE. Compilação de dados. CD-ROM.

JANUZZI, P. de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3a ed. Campinas: Alínea Editora, 2004.

PEREIRA, J. C. Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. In: Cardoso, A. C. Duarte (org.). O Rural e o Urbano na Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 2006.

POCHMANN, Márcio.; AMORIM, Ricardo. (org.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata? 3a ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5a ed. São Paulo: Edusp, 2005.